
EDITORIAL

Bode expiatório*

Triste a circunstância em que sobrevive neste país o servidor público, civil ou militar. A década prostituída, a dos anos 90, foi de padecimento, sob os governos imperiais dos Fernandos. Exceto no ameno governo Itamar, os servidores públicos foram eleitos pelos governantes como “bois de piranha”, lançados à água para serem devorados pela insatisfação do povo com o calamitoso desempenho governamental na prestação dos serviços públicos fundamentais.

Foi a época do triunfo da técnica fascista de escolha do inimigo externo a ser linchado. Inoperantes os governos na sua ação básica, optou-se por atribuir a sua insuficiência ao infeliz servidor público. Paralelamente, alienaram-se as instituições estatais para os particulares e a prestação de serviços públicos passou a ser terceirizada. Regra geral, os serviços pioraram, aumentando-se as tarifas das concessionárias, calculados seus reajustes em dólar, e universalizou-se a corrupção, submetida a avanços qualitativos, cada vez mais sofisticados. O patrimônio público foi vendido a preço de banana.

A lenta, mas significativa implantação de um serviço público eficaz, baseado no mérito, apurado em concurso público, iniciada no governo Vargas, foi para o “beleléu”. E o servidor público ficou ao sol, à chuva e ao relento, sem os reajustes constitucionais de vencimentos.

Eleito o presidente Lula, com mandato popular esmagador para realizar mudanças, uma que se apresenta é a da Previdência. E, aí, a esperança do servidor público de alteração de ambiência perversa da década prostituída está sendo turbada. O horizonte do tratamento justo está carregado de nuvens escuras, trovoadas e relâmpagos a ameaçar no futuro, ruidosamente, e com clarões momentâneos, a sua aposentadoria.

No mundo, a instituição previdenciária está em crise. A esperança de vida da população tem se elevado, aumentando o número de aposentados e a sua duração como tal; as mudanças tecnológicas diminuíram a quantidade de empregos e, por conseqüência, de contribuintes, elevando os gastos com auxílio-desemprego. Aumenta-se a despesa, diminuem-se as receitas. A previdência social, não só aqui, mas em toda a parte, está em crise e continuará nesse estado, permanentemente. O seu equilíbrio será necessariamente instável, necessitando de reparos emergenciais todos os dias.

* Fonte: Boletim da Andes < www.andes.org.br >. Previamente publicado no Correio Braziliense, em 29/01/2003.

Aqui a situação agravou-se. Nunca se fizeram, com seriedade, as reservas necessárias que a ciência atual exige, para recolher hoje e preservar, para atender ao gasto futuro. Em aplicação da teoria do imposto de renda negativo, louvável socialmente, foram concedidas aposentadorias para trabalhadores rurais que nunca contribuíram, pensões para idosos sem fonte de recursos e dezenas de desvios de recursos destinados a gastos futuros. Literalmente, predominou o saque.

A reforma da Previdência, para dar-lhe sobrevivência, exige se desvendar a totalidade; a floresta inteira, não apenas uma árvore, a do servidor público, que está sendo queimada, inclementemente. E se diga com franqueza: qual a opção governamental, em matéria de gasto público? Arrecada-se para a seguridade social, que abrange a saúde, previdência e assistência social, mediante as contribuições, muito mais do que os impostos federais.

Somando-se a contribuição previdenciária paga pelos trabalhadores, servidores públicos e empresas, Cofins, contribuição sobre o lucro, CPMF, contribuição sobre concursos de prognósticos, chega-se a cerca de 140 bilhões de reais. Parte significativa dessa quantia astronômica é desviada para compor o superávit primário, mágico artifício para aplacar as tensões do mercado, garantindo recursos para assegurar a credibilidade do Tesouro Nacional de pagar o serviço da sua dívida.

O governo Lula não pode se contentar com o atestado de bom comportamento dado pelo mercado e pelo FMI. Seu compromisso, a sua história, é com o nosso povo, o nosso país. Deve esclarecer qual o rumo a ser adotado, a bússola utilizada, que obstáculos a superar, as opções escolhidas, para que os passageiros do veículo nacional possam colaborar na elaboração da trajetória a ser seguida para atender aos genuínos interesses nacionais. É necessário que se tenha a visão global dos gastos públicos. Sem discriminações ou reservas para a mobilização do povo na construção do futuro que seja bom para todos.

Osiris de Azevedo Lopes Filho

Ex-secretário da Receita Federal, advogado, professor de direito na Universidade de Brasília e na Fundação Getúlio Vargas.